



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 764 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2000

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2025 E DE 2024 E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**





IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2909

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.	03
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO) e (PASSO.	08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.	11
NOTAS EXPLICATIVAS	12

Aos Administradores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
CNPJ: 43.964.931/0001-12

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Irmadade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

a) Provisão para contingências cíveis

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 23, a Entidade reconheceu provisões para contingências no montante total de R\$ 22.237.628, sendo R\$ 19.517.068 referentes a contingências cíveis. Os assessores jurídicos encaminharam planilha com os valores dos processos, porém sem a classificação da probabilidade de perda. Adicionalmente, parte dessas contingências encontra-se garantida por depósitos judiciais.

b) Ativo imobilizado

Conforme Nota Explicativa nº 15, o saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 97.774.381. Observamos avanços relevantes no controle patrimonial ao longo do exercício, incluindo levantamento físico, controle analítico e identificação dos bens. Entretanto, até a data deste relatório, não foi realizado estudo formal de recuperabilidade (impairment), conforme requerido pelo CPC 01, para avaliação de eventual necessidade de ajuste ao valor recuperável.

c) Contas a receber

Conforme Nota Explicativa nº 7, a Entidade apresenta contas a receber no montante líquido de R\$ 24.940.168, substancialmente representadas por créditos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), cujos repasses são operacionalizados pela Prefeitura Municipal de Araraquara. A realização desses valores depende do fluxo de repasses financeiros do ente público, o que pode impactar o prazo e a efetiva realização desses ativos. A Entidade constituiu provisão para perdas sobre parcela relevante desses créditos, permanecendo saldo remanescente registrado com base na expectativa de realização da Administração.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nossa firma, cujo relatório dos auditores independentes foi emitido em 28 de abril de 2025, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável pelas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se aparenta conter distorções relevantes.

Com base no trabalho realizado, não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), bem como pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operacional da Entidade, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com essa continuidade e o uso dessa base contábil.

Os responsáveis pela governança são aqueles encarregados da supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

Como parte da auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do trabalho. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, planejando e executando procedimentos em resposta a esses riscos;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, sem o objetivo de expressar opinião sobre sua eficácia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis;
- Concluimos sobre a adequação do uso da base de continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral das demonstrações contábeis.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos, bem como das principais constatações de auditoria, incluindo eventuais deficiências significativas de controle interno.

Bebedouro-(SP), 13 de abril de 2026.

MARCELO
BOCK:85892432815

Assinado digitalmente por MARCELO
BOCK:85892432815
Localização: São Paulo
Data: 2026.04.14 20:02:11-03'00'

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
CNPJ 03.805.426/0001-00
CRC – 2SP 021390/O-7
MARCELO BOCK
CONTADOR CRC - 1SP 128.524/O-0



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14601-150
TELEFONE (16) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Balanco Patrimonial – Ativo e Passivo

DESCRIÇÃO	N.E	2025	2024	DESCRIÇÃO	N.E	2025	2024
ATIVO				PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		58.743.167	65.315.976	CIRCULANTE		63.840.836	55.648.757
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	20.093.117	34.807.201	Fornecedores de bens e serviços	17	17.713.418	11.316.012
Caixa	6	9.525	11.232	Obrigações com Empregados	18	8.274.146	7.122.279
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	6	77.780	16.651	Obrigações Tributárias	19	1.257.437	1.388.466
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	6	159	504	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	9.053.184	7.915.543
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	6	5.082.587	5.741.208	Subvenções e Assist. Governamentais a Realizar	21	1.688.229	7.159.191
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição	6	14.923.066	29.037.606	Outros Valores a Realizar	22	25.452.367	15.493.874
Créditos a Receber	7	24.940.168	23.268.239	Outros Débitos a Pagar	24	402.054	5.253.392
Contas a Receber	7	24.940.168	23.268.239				
Subvenções Governamentais	8	900.000	900.000				
Adiantamentos a Empregados	9	532.534	27.064				
Adiantamentos a Fornecedores	10	8.707.523	1.295.564				
Adiantamentos Diversos	11	-	44.128				
Estoques	12	3.569.825	4.973.781				
Estoques (Materiais Hosp. Medicamentos. Demais)	12	3.569.825	4.973.781				
NÃO CIRCULANTE		100.011.234	85.424.783	NÃO CIRCULANTE		41.826.949	45.445.789
Realizável a Longo Prazo		2.093.329	1.487.925	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	20	18.849.060	26.916.710
Depósitos Judiciais e Fiscais	13	2.093.329	1.487.925	Fornecedores de bens e serviços	17	300.006	300.006
Despesas Antecipadas		118.000	-	Obrigações Tributárias	19	440.254	573.553
Despesas Antecipadas	13	118.000	-	Provisão p/ Contingências	23	22.237.628	17.655.520
Investimentos	14	25.524	25.524				
Investimentos Permanentes	14	25.524	25.524				
Imobilizado	15	97.774.381	83.911.334				
Bens sem Restrição	15	91.903.555	88.130.550				
Bens com Restrição	15	44.396.523	32.428.767				
(-) Depreciação Acumulada		(38.525.698)	(36.847.983)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	53.086.616	49.646.213
Intangível	16	-	-	Patrimônio Social	25	12.153.507	(19.158.497)
Direitos de Uso de Softwares	16	787.530	787.530	Outras Reservas	25	38.155.145	38.155.145
Direitos de Autor e de Marcas		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	25	38.155.145	38.155.145
(-) Amortização Acumulada	16	(787.530)	(787.530)	Superávit ou Déficit Acumulado	25	2.777.964	30.649.564
TOTAL DO ATIVO		158.754.401	150.740.759	TOTAL DO PASSIVO		158.754.401	150.740.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Demonstração de Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	N.E	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com Restrição		61.116.339	42.696.274
Receitas de Subvenções		61.116.339	42.696.274
Sem Restrição		133.074.387	166.771.576
Receitas de Convênios SUS		112.435.810	145.145.708
Receitas de Convênios - NÃO SUS		16.336.141	15.305.809
Receitas Particulares		1.336.220	882.127
Contribuições e Doações Voluntárias		2.966.216	5.437.931
Total das Receitas		194.190.726	209.467.850
(-) Deduções da Receita Bruta			
(-) Glosas de Convênios		(193.770)	(293.243)
Receita Operacional Líquida		193.996.956	209.174.607
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Custos dos Serviços Assistenciais Prestados		(53.438.935)	(71.987.207)
Despesas c/ Consumo de Materiais e Medicamentos		(33.987.786)	(29.740.690)
Total de Custos e Despesas Operacionais		(87.426.721)	(101.727.897)
RESULTADO BRUTO		106.570.236	107.446.710
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas			
Salários e Encargos Sociais	26	(56.981.043)	(49.861.642)
Administrativas e Gerais		(20.864.168)	(13.441.993)
Tributária		(558.283)	(108.871)
Depreciação e Amortização - Com Restrição		(1.827.970)	(1.143.976)
Depreciação e Amortização - Sem Restrição		(356.866)	(2.981.229)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		(23.488.513)	
Total das Despesas		(104.076.841)	(67.537.710)
RESULTADO OPERACIONAL		2.493.394	39.909.000
Outras despesas/receitas operacionais			
Outras Receitas Operacionais		7.093.719	5.911.239
Receitas Patrimoniais		3.013	-
Reversão das Despesas com Contingências		-	-
Despesas com Contingências		(4.582.108)	(8.780.064)
Despesas Patrimoniais		(70.265)	(1.653.027)
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	27	2.444.358	(4.521.852)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		3.307.826	1.212.011
Despesas Financeiras		(5.467.615)	(5.949.595)
Total Resultado Financeiro Líquido	28	(2.159.789)	(4.737.583)
Benefício fiscal usufruído	31	17.690.036	17.452.130
(-) Benefício fiscal usufruído		(17.690.036)	(17.452.130)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		2.777.964	30.649.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS (R\$)

Descrição	Patrimonio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)	Superávit / Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(25.173.067)	38.155.145	(452.199)	12.529.879
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(452.199)		452.199	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.466.770			6.466.770
Superávits / Déficit do Exercício			30.649.564	30.649.564
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(19.158.497)	38.155.145	30.649.564	49.646.213
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	30.649.564		(30.649.564)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	662.439			662.439
Superávits / Déficit do Exercício			2.777.964	2.777.964
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.153.507	38.155.145	2.777.964	53.086.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Demonstração do fluxo de caixa

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS (R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit de exercício	2.777.964	30.649.564
Ajustes por:		
Depreciações do ativo imobilizado	2.184.836	4.124.669
Amortização do intangível	-	536
(Aumento) redução nos ativos:		
Recursos de subvenções	-	13.262.980
Contas a receber	(1.671.929)	(14.005.900)
Estoques	1.403.956	(918.210)
Outros créditos	(7.991.301)	326.451
Depósitos judiciais	(605.404)	(520.395)
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviço	6.397.406	(4.791.064)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.151.867	827.223
Obrigações tributárias	(264.328)	396.655
Subvenções a realizar	(5.470.962)	(19.277.117)
Outras obrigações	10.902.442	12.841.817
Caixa líquido nas atividades operacionais	8.814.546	22.917.208
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(16.767.232)	(5.640.329)
Caixa líquido nas atividades de investimentos	(16.767.232)	(5.640.329)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações	1.137.641	19.534.821
Juros Passivos e Outros Encargos	3.307.826	1.212.011
Pagamentos de Financiamentos(juros)	(4.276.857)	(4.883.894)
Pagamento de Financiamentos (principal)	(6.930.008)	(8.528.133)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(6.761.398)	7.334.805
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(14.714.084)	24.611.684
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	34.807.201	10.195.517
No fim do exercício	20.093.117	34.807.201
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(14.714.084)	24.611.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucros, com sede na Avenida José Bonifácio, nº 794, Araraquara – SP, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado. Foi declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 4.391, de 21 de novembro de 1957, pela Lei Municipal nº 797, de 4 de abril de 1960, e pelo Decreto Federal nº 65.084, de 29 de agosto de 1969.

A Entidade tem por objetivo principal a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar, podendo instituir e manter outras atividades correlatas, quando possível, observadas sua capacidade operacional e a legislação aplicável. No desenvolvimento de suas atividades, atende pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, em consonância com seus princípios institucionais, beneficentes, humanitários e cristãos.

A Entidade mantém relacionamento operacional com o Poder Público Municipal de Araraquara no âmbito da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, sendo os repasses financeiros relacionados a tais atendimentos operacionalizados por meio da Prefeitura Municipal de Araraquara. Esses recursos representam parcela relevante do financiamento de suas atividades assistenciais e operacionais.

Estas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ sob o nº 43.964.931/0001-12.

Na elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração adotou o pressuposto de continuidade operacional, considerando o histórico de operações da Entidade, suas projeções de geração de caixa, a expectativa de manutenção dos fluxos de receitas e

repasse vinculados às suas atividades, bem como a possibilidade de captação de recursos de curto e longo prazo, inclusive por meio de recursos do SUS, subvenções, incentivos, empréstimos e financiamentos.

A Entidade detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS), prorrogado pela Portaria SAES/MS nº 644/2023, com validade até 31 de dezembro de 2024. A Administração informa que protocolou o pedido de renovação junto ao Ministério da Saúde, conforme Processo nº 25000.034608/2025-25, posteriormente ratificado em declaração oficial constante do Processo nº 25000.035501/2026-85, permanecendo o requerimento pendente de julgamento. Dessa forma, nos termos do art. 37, § 2º, da Lei Complementar nº 187/2021, a certificação permanece válida até decisão administrativa definitiva.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidade de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 13 de abril de 2026.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.1.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade:

- i) Caixa e equivalentes de caixa;
- ii) Recursos de subvenções;
- iii) Contas a receber; e
- iv) Outros créditos.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são:

- v) Empréstimos e financiamentos a pagar;
- vi) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar;
- vii) Passivo de arrendamento; e
- viii) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

3.3 Recursos de subvenções

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

3.4 Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O

custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios económicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Descrição	Vida útil estimada em anos
Edifícios	40
Instalações	14
Móveis e utensílios	7
Máquinas, equipamentos e instrumentais	8
Equipamentos de informática	4
Bens de pequeno valor	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.7 Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

3.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e

o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.10 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

3.12 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

3.13.1 Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.13.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.13.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.14 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

(i) Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.15 Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

3.16 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros

integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício.

3.17 Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação.

3.18 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.19 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

3.20 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Estimativa e julgamento contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais os respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "impairment"

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 7.

b) Vida útil estimada do ativo imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 15.

c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 23.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

Todos os instrumentos financeiros da Entidade estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Embora a Entidade não possua política formalizada de gerenciamento de riscos, a Administração adota práticas voltadas à identificação, avaliação e mitigação dos principais riscos financeiros, especialmente aqueles relacionados a **crédito, liquidez, mercado e taxas de juros**.

A Administração é responsável pelo acompanhamento da estrutura de gerenciamento de riscos da Entidade, incluindo a definição de procedimentos de monitoramento e controle, de forma a avaliar os impactos potenciais desses riscos sobre sua posição patrimonial e financeira. A Entidade está exposta aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

5.1.1 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de inadimplemento das contrapartes em relação aos valores registrados no ativo, especialmente os créditos a receber de convênios, atendimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS, valores relacionados à Prefeitura Municipal de Araraquara e demais créditos operacionais.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis desses ativos financeiros, líquidos das respectivas provisões para perdas, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	2025			2024		
	Circulante	não circulante	Total	Circulante	não circulante	Total
Contas a receber						
Convênios (i)	5.586.094	-	5.586.094	5.056.990	-	5.056.990
Sistema Único de Saúde- SUS(i)	27.671.703	-	27.671.703	11.641.452	-	11.641.452
Prefeitura Municipal de Araraquara (ii)	18.817.918	-	18.817.918	10.214.296	-	10.214.296
Pacientes particulares (i)	28.192	-	28.192	30.727	-	30.727
	52.103.907	-	52.103.907	26.943.465	-	26.943.465
Provisão para perdas sobre créditos						
(-) PPSC (iii) - NÃO SUS	(2.646.911)		(2.646.911)	(2.441.208)		(2.441.208)
(-) PPSC (iii) - SUS	(24.516.829)	-	(24.516.829)	(1.234.019)	-	(1.234.019)
	(27.163.740)	-	(27.163.740)	(3.675.227)	-	(3.675.227)
	24.940.168	-	24.940.168	23.268.239	-	23.268.239

A Entidade não exige garantias específicas para os créditos a receber. A concentração do risco de crédito encontra-se substancialmente vinculada ao setor público e aos convênios. Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantém registrada provisão para perdas sobre créditos no montante de R\$ 27.163.740 (R\$ 3.675.227 em 2024), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.

Os recursos financeiros disponíveis estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha e em modalidades consideradas de baixo risco.

5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Entidade encontrar dificuldades para honrar seus compromissos financeiros nas datas previstas, em razão do descasamento entre a realização de seus ativos e a exigibilidade de seus passivos.

As principais obrigações da Entidade concentram-se, em ordem de relevância, em compromissos com instituições financeiras, fornecedores de bens e serviços, prestadores de serviços médicos e demais obrigações operacionais.

Na data-base das demonstrações financeiras de 2025, o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez geral eram de 0,92 e 0,58, respectivamente (1,17 e 0,66 em 2024), evidenciando redução na capacidade de liquidação das obrigações no curto e no longo prazo.

1. Liquidez Corrente:

Indica a capacidade de pagamento no curto prazo.

	<u>Ativo Circulante</u>	
	<u>Passivo Circulante</u>	
2025	$\frac{58.743.167}{63.840.836}$	0,92
2024	$\frac{65.315.976}{55.648.757}$	1,17

2. Liquidez Geral

	<u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u>	
	<u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u>	
2025	$\frac{58.743.167 + 2.093.329}{63.840.836 + 41.826.949} = \frac{60.836.496}{105.667.785}$	0,58
2024	$\frac{65.615.976 + 1.487.925}{55.648.757 + 45.445.789} = \frac{67.103.901}{101.094.546}$	0,66

A Administração realiza o monitoramento contínuo do fluxo de caixa, da realização de ativos e da liquidação de passivos, buscando otimizar a alocação dos recursos disponíveis e priorizar as atividades essenciais ao atendimento à saúde. Em razão do cenário financeiro da Entidade, determinadas obrigações vêm sendo objeto de postergação de vencimentos e renegociação com credores, com vistas à adequação dos fluxos de caixa e dos prazos de pagamento.

A Administração entende que, apesar dos desafios relacionados à liquidez, possui capacidade de continuidade operacional, suportada pelas renegociações em curso, pela expectativa de manutenção dos fluxos de receitas e repasses vinculados às suas atividades e pelas medidas adotadas para recomposição do equilíbrio financeiro.

5.1.3 Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à possibilidade de oscilações em preços de mercado afetarem os custos e, conseqüentemente, os resultados da Entidade, especialmente em relação aos insumos utilizados na prestação de serviços hospitalares e assistenciais.

A Administração acompanha essas variações e busca mitigá-las por meio do controle orçamentário, da gestão de compras e da priorização de gastos essenciais. Esse risco é parcialmente mitigado pelo fato de parcela relevante dos custos da Entidade estar relacionada a despesas com pessoal, contratadas e remuneradas em moeda nacional.

5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade possui operações de empréstimos e financiamentos sujeitas a encargos financeiros contratualmente pactuados. Em 31 de dezembro de 2025, essas operações estão indexadas, substancialmente, a taxas fixas, que variam entre 0,84% a.m. e 0,95% a.m.

A Administração acompanha a evolução do endividamento e dos encargos financeiros, de modo a avaliar os impactos dessas operações sobre o fluxo de caixa e o resultado da Entidade.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	2025	2024
Caixa - (a)	9.525	11.232
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição - (a)	8.110	6.057
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição - (b)	159	504
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição - (a)	5.082.587	5.741.208
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição - (b)	14.923.066	29.037.606
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	20.023.447	34.796.607

- a) Recursos sem restrição:** Os saldos em caixa, contas bancárias sem limitações e investimentos de liquidez imediata representam valores disponíveis para serem

empregados nas operações cotidianas da Santa Casa, conforme estabelecido nas normativas financeiras vigentes.

b) Recursos com restrição: Estes fundos são direcionados para fins específicos relacionados ao custeio de atividades hospitalares, tais como pagamento de salários de profissionais de saúde, aquisição de medicamentos e insumos médicos, manutenção de equipamentos, despesas operacionais e outros custos inerentes ao funcionamento do hospital. Os recursos com restrições também estão vinculados a convênios estabelecidos com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos, bem como ao aumento do teto financeiro para procedimentos de média e alta complexidade, os quais são repassados por meio de emendas parlamentares, contribuindo assim para o custeio e a manutenção das atividades hospitalares.

7 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresenta saldo de contas a receber no montante de R\$ 24.940.168 (R\$ 23.268.239 em 2024).

Esse saldo corresponde a créditos a receber no valor bruto de R\$ 52.103.907 (R\$ 26.943.465 em 2024), deduzidos da provisão para perdas sobre créditos no montante de R\$ 27.163.740 (R\$ 3.675.227 em 2024).

Contas a Receber	2025	2024
Créditos a Receber	24.940.168	23.268.239
Contas a Receber	24.940.168	23.268.239

7.1 Composição do saldo

O saldo bruto de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 é composto, principalmente, por créditos vinculados à prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, no montante de R\$ 27.671.703, e por valores registrados na rubrica Prefeitura Municipal de Araraquara, no montante de R\$ 18.817.918.

Embora apresentados em rubricas distintas para fins de composição e controle, os recebimentos financeiros desses valores são realizados integralmente pela Prefeitura Municipal de Araraquara, responsável pelos repasses relacionados aos atendimentos prestados pela Entidade no âmbito do SUS, bem como por complementações e demais valores vinculados a esses atendimentos.

	2025			2024		
	Circulante	não circulante	Total	Circulante	não circulante	Total
Contas a receber						
Convênios (i)	5.586.094	-	5.586.094	5.056.990	-	5.056.990
Sistema Único de Saúde- SUS(i)	27.671.703	-	27.671.703	11.641.452	-	11.641.452
Prefeitura Municipal de Araraquara (ii)	18.817.918	-	18.817.918	10.214.296	-	10.214.296
Pacientes particulares (i)	28.192	-	28.192	30.727	-	30.727
	52.103.907	-	52.103.907	26.943.465	-	26.943.465
Provisão para perdas sobre créditos						
(-) PPSC (iii) - NÃO SUS	(2.646.911)		(2.646.911)	(2.441.208)		(2.441.208)
(-) PPSC (iii) - SUS	(24.516.829)	-	(24.516.829)	(1.234.019)	-	(1.234.019)
	(27.163.740)	-	(27.163.740)	(3.675.227)	-	(3.675.227)
	24.940.168	-	24.940.168	23.268.239	-	23.268.239

Quadro

- (i) Os valores classificados na rubrica SUS referem-se a direitos a receber decorrentes da prestação de serviços hospitalares e assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- (ii) Os valores registrados na rubrica Prefeitura Municipal de Araraquara (PMA) referem-se, substancialmente, a convênios, complementações financeiras e diferenças relativas ao extra teto de atendimentos aprovados pela PMA. Embora apresentados em rubricas distintas para fins de controle e composição dos saldos, os repasses financeiros relacionados aos créditos do SUS e da própria PMA são realizados integralmente pela Prefeitura Municipal de Araraquara.
- (iii) A provisão para perdas sobre créditos é constituída com base na análise da recuperabilidade dos títulos, considerando o histórico de recebimento, a idade dos saldos e as condições específicas de realização. Em 31 de

dezembro de 2025, a Entidade reconheceu R\$ 24.516.829 sobre títulos vencidos cuja expectativa de realização foi considerada duvidosa.

A concentração do risco de crédito da Entidade encontra-se substancialmente vinculada ao setor público, especialmente aos créditos relacionados ao SUS e à Prefeitura Municipal de Araraquara, não sendo exigidas garantias específicas para esses valores.

7.2 Contas a receber de clientes por idade de vencimento

A composição do saldo bruto de contas a receber por faixa de vencimento em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada no quadro abaixo.

QUADRO

	2025	2024
Avencer	7.055.032	7.074.465
Vencidas		
Até 30 dias	3.632.778	9.412.314
De 31 a 60 dias	3.635.509	2.244.292
De 61 a 90 dias	2.893.387	1.269.697
De 91 a 180 dias	7.723.462	3.267.470
Acima de 180 dias	27.163.740	3.675.227
	45.048.875	19.869.000
	52.103.907	26.943.465

A Entidade apresenta concentração relevante de valores vencidos na faixa acima de 180 dias, no montante de R\$ 27.163.740, substancialmente composta por créditos vinculados ao SUS e à Prefeitura Municipal de Araraquara. Em conformidade com a política contábil adotada, tais créditos foram considerados na constituição da provisão para perdas sobre créditos, com base na análise da recuperabilidade dos títulos.

Os valores vencidos em prazo inferior a 180 dias permaneceram registrados com base na expectativa de realização pela Administração, considerando as tratativas mantidas com a Prefeitura Municipal de Araraquara para regularização dos repasses.

8 Recursos de subvenções

SUBVENÇÕES	2025	2024
FEDERAL	900.000	900.000
CONVENIO 858391/2017 - EQUIPAMENTOS	250.000	250.000
CONVENIO 883481/2019 - EQUIPAMENTOS	200.000	200.000
CONVENIO 883490/2019 - EQUIPAMENTOS	250.000	250.000
CONVENIO 898739/2020 - EQUIPAMENTOS	200.000	200.000
TOTAL SUBVENÇÕES	900.000	900.000

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

9 Adiantamentos a Empregados

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresenta saldo de adiantamentos a empregados no montante de R\$ 532.534 (R\$ 27.064 em 2024).

DESCRIÇÃO	2025	2024
Adiantamentos a Empregados	532.534	27.064

Essa rubrica refere-se a **valores adiantados a colaboradores**, relativos, substancialmente, a salários, benefícios ou outras antecipações concedidas no curso normal das operações, a serem compensadas em períodos subsequentes, conforme sua natureza.

10 Adiantamentos a Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresenta saldo de adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 8.707.523 (R\$ 1.295.564 em 2024).

DESCRIÇÃO	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores	8.707.523	1.295.564

Esses valores correspondem a antecipações realizadas a fornecedores no curso normal de suas operações, relacionadas ao fornecimento de bens, materiais ou serviços, a serem compensadas com as respectivas entregas ou prestações futuras, conforme os termos negociados.

11 Adiantamentos Diversos

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não apresenta saldo na rubrica adiantamentos diversos (R\$ 44.128 em 2024).

DESCRIÇÃO	2025	2024
Adiantamentos Diversos	-	44.128

Em 2024, essa rubrica referia-se, substancialmente, a adiantamentos relacionados a seguro garantia.

12 Estoques

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresentava saldo de estoques no montante de R\$ 3.569.825.

DESCRIÇÃO	2025	2024
<u>Estoques</u>		
Materiais Médicos e Hospitalares	1.523.511	2.145.404
Medicamentos	1.674.068	2.179.223
Outros	372.247	649.153
Total Estoques (Materiais Hosp. Medicamentos, Demais)	3.569.825	4.973.781

No exercício, foram realizados inventários físicos e procedimentos de regularização dos saldos, cujos resultados ensejaram o reconhecimento de ajustes de inventário no resultado do período.

Os ajustes registrados refletiram a adequação entre os saldos contábeis e as quantidades físicas apuradas, compreendendo baixas, reclassificações e demais regularizações identificadas no processo de inventário. No exercício de 2025, tais ajustes apresentaram efeito líquido credor na rubrica de despesas de consumo de materiais, no montante de R\$ 2.156.947 reduzindo o total de despesas reconhecidas no período.

Após os ajustes efetuados, o saldo de estoques passou a refletir a posição apurada pela Administração em 31 de dezembro de 2025.

13 Depósitos Judiciais e Fiscais e Despesas Antecipadas

Ao final de 2025, a entidade possui depósitos judiciais e fiscais em instituições financeiras. Esses depósitos são destinados a garantir o cumprimento de obrigações legais decorrentes de processos judiciais em curso e disputas fiscais. O saldo pode variar conforme desfechos judiciais e fiscais. Esses valores são mantidos separados dos demais ativos e usados exclusivamente para fins legais. Segue quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.093.329	1.487.925

- Despesas antecipadas

DESCRIÇÃO	2025	2024
Despesas Antecipadas	118.000	-

O saldo remanescente de **R\$ 118.000,00** será apropriado ao resultado nos períodos subsequentes, em conformidade com o regime de competência.

14 Investimentos Permanentes

Ao final de 2025, a entidade possuía investimentos discriminados como ações CPFL Energia S.A. Segue quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Investimentos	25.524	25.524
Investimentos Permanentes	25.524	25.524

15 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo imobilizado da Entidade totaliza R\$ 97.774.381, líquido da depreciação acumulada (R\$ 83.911.334 em 2024). Sua composição e movimentação no exercício estão demonstradas nos quadros a seguir, segregadas entre bens sem restrição e bens com restrição.

Os bens com restrição referem-se, substancialmente, a ativos vinculados a recursos com destinação específica, cuja utilização observa as condições estabelecidas nos respectivos instrumentos e finalidades institucionais.

A Administração entende que os saldos registrados refletem a posição patrimonial conhecida na data-base. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi concluído estudo formal de recuperabilidade (teste de impairment) do ativo imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis, permanecendo em andamento os procedimentos necessários para tal avaliação.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Imobilizado	97.774.381	83.911.334
Bens sem Restrição	91.903.553	88.130.550
Bens com Restrição	44.396.523	32.428.767
(-) Depreciação Acumulada	(38.525.696)	(36.647.983)

- Bens Sem Restrição:

SEM RESTRIÇÃO	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Ajustes	Transferências	31/12/2025
Terrenos	36.195.684	-	-	-	-	36.195.684
Edificações	28.312.483	500.415	-	-	-	28.812.898
Instalações	1.862.460	-	-	-	-	1.862.460
Equipamentos de informática	1.135.761	668.278	- 170.991	4.745	10.422	1.648.215
Mobiliário	3.459.301	414.824	- 172.784	323.755	- 9.532	4.015.565
Veículos	248.342	232.863	-	-	-	481.205
Máquinas, equipamentos e Instrumentais	15.908.920	2.499.891	- 143.171	- 380.099	1.800	17.887.341
Bens de pequeno valor	1.007.599	- 967	- 3.590	- 2.856	-	1.000.186
Total Sem Restrição	88.130.550	4.315.304	- 490.535	- 54.455	2.690	91.903.553

- Bens com Restrição:

COM RESTRIÇÃO	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Ajustes	Transferências	31/12/2025
Edificações - centro de imagem	1.368.538	-	-	-	-	1.368.538
Edificações - urgência e emergência	413.861	-	-	-	-	413.861
Edificações - áreas comuns	299.147	-	-	-	-	299.147
Edificações - UTI	48.234	-	-	-	-	48.234
Edificações - Suprimentos	239.934	-	-	-	-	239.934
Edificações - Hotelaria	3.768.848	-	-	-	-	3.768.848
Edificações - Centro cirurgico	1.719.741	-	-	-	-	1.719.741
Edificações - Refeitório/sala descanso	84.171	-	-	-	-	84.171
Edificações - Clinica mater super	208.340	-	-	-	-	208.340
Móveis e utensílios	174.511	18.525	- 35.815	-	-	157.221
Maquinas e equipamentos	8.781.508	92.000	- 119.600	-	-	8.753.908
Imobilizações em curso - Oncologia	3.364.727	-	-	-	-	3.364.727
Imobilizações em curso - Casa de força	180.551	-	-	-	-	180.551
Imobilizações em curso - Reforma UTI	22.500	-	-	-	-	22.500
Imobilizações em curso - CME	637.562	-	-	-	-	637.562
Imobilizações em curso - SPP	158.428	-	-	-	-	158.428
Imobilizações em curso - Reforma pronto	871.562	-	-	-	-	871.562
Amortização de rec dep sub edificações	0,13	-	-	-	-	0,13
Maquinas e equipamentos	500.280	-	-	-	-	500.280
Imobilizações em curso - Novo Pavimento	9.586.326	12.341.403	- 328.757	-	-	21.598.972
Total com Restrição	32.428.767	12.451.928	- 484.172	-	-	44.396.523

- Segue abaixo o mapa depreciação acumulada;

SEM RESTRIÇÃO	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Ajustes	Transferências	31/12/2025
Edificações	- 13.309.863	- 305.562				- 13.615.426
Instalações	- 594.703	- 38.987				- 633.691
Equipamentos de informática	- 913.626	- 101.571	13.590			- 1.001.607
Mobiliário	- 2.842.485	- 345.347	337.395			- 2.850.437
Veículos	- 222.342	- 1.095				- 223.437
Máquinas, equipamentos e Instrumentais	- 6.998.706	- 1.167.875	108.183			- 8.058.398
Bens de pequeno valor	- 773.799	- 59.892	15.334			- 818.358
Sub - Total	- 25.655.525	- 2.020.331	474.501	-	-	- 27.201.355
COM RESTRIÇÃO	31/12/2024	Aquisições	Baixas	Ajustes	Transferências	31/12/2025
Edificações - centro de imagem	-					-
Edificações - urgência e emergência	-					-
Edificações - áreas comuns	-					-
Edificações - UTI	-					-
Edificações - Suprimentos	-					-
Edificações - Hotelaria	-					-
Edificações - Centro cirurgico	-					-
Edificações - Refeitório/sala descanso	-					-
Edificações - Clinica mater super	-					-
Maquinas e equipamentos	-					-
Maquinas e equipamentos conv 836937/2016	-					-
Moveis e utensilios	-					-
Maquinas e equipamentos	- 7.834.887	- 311.958	45.372			- 8.101.473
Moveis e utensilios	- 102.296	- 17.013	29.022			- 90.287
Imobilizações em curso - Novo Pavimento	- 0,11	-				- 0,11
Edificações	- 3.055.275	- 77.306,16				- 3.132.581
Sub - Total	- 10.992.458	- 406.277	74.394	-	-	- 11.324.341
Total Geral das Depreciações	- 36.647.983	- 2.426.608	548.896	-	-	- 38.525.696
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	83.911.334					97.774.381

16 Intangível

No final de 2025, o ativo intangível da entidade inclui o direito de uso de software. Esse ativo representa custos incorridos com a aquisição ou desenvolvimento de software utilizado nas operações, sendo amortizado ao longo de sua vida útil estimada. A amortização é calculada de forma linear ou outro método apropriado e reconhecida como despesa operacional nas demonstrações financeiras. Avaliações regulares são realizadas para revisar a vida útil estimada e garantir a adequada amortização do ativo. Segue quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Intangível		
Direitos de Uso de Softwares	787.530	787.530
Direitos de Autor e de Marcas	-	-
(-) Amortização Acumulada	(787.530)	(787.530)
Total Intangível	-	-

17 Fornecedores e Prestadores de Serviço

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores e prestadores de serviço da Entidade totaliza R\$ 18.013.424 (R\$ 11.316.018 em 2024), sendo R\$ 17.713.418 classificados no passivo circulante e R\$ 300.006 no passivo não circulante.

Esse saldo é composto por obrigações junto a fornecedores de bens e serviços, no montante de R\$ 13.436.944 (R\$ 7.611.897 em 2024), e por honorários e serviços médicos a pagar, no montante de R\$ 4.576.480 (R\$ 4.004.122 em 2024). Segue quadro abaixo:

	2025			2024		
	circulante	não circulante	total	circulante	não circulante	total
Fornecedores de bens e serviços	13.136.937	300.006	13.436.944	7.311.891	300.006	7.611.897
Honorários e serviços médicos a pagar	4.576.480		4.576.480	4.004.122		4.004.122
Total de Fornecedores de Bens e Serviços	17.713.418	300.006	18.013.424	11.316.012	300.006	11.616.018

O aumento observado no exercício decorre, substancialmente, da elevação das obrigações com fornecedores de bens e serviços, incluindo valores objeto de renegociação por meio de acordos firmados entre a Entidade e seus credores, bem como do acréscimo nos honorários médicos a pagar.

No curso de 2025, a Entidade realizou acordos com determinados fornecedores, com o objetivo de reprogramar a liquidação de obrigações vencidas e vincendas, tendo, em alguns casos, obtido condições negociais mais favoráveis, inclusive com concessão de descontos.

O saldo classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 300.006, refere-se substancialmente a acordos firmados com fornecedores, cujo vencimento ultrapassa o encerramento do exercício seguinte.

As obrigações registradas nessa rubrica refletem compromissos assumidos pela Entidade no curso normal de suas operações, relacionados ao fornecimento de materiais, medicamentos, serviços de terceiros e honorários médicos, e serão liquidadas de acordo com os prazos contratuais e os instrumentos de renegociação celebrados.

18 Obrigações com Empregados

A Entidade em 31.12.2025, possui valores a serem liquidados no curto prazo referente as obrigações com empregados, sociais e trabalhistas conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Férias e encargos sociais	4.354.768	4.236.477
Salários a pagar	3.186.474	2.398.734
Encargos a recolher	468.189	410.625
Outras obrigações com pessoal	264.714	76.442
Total Obrigações com Empregados	8.274.146	7.122.279

19 Obrigações Tributárias

Segue abaixo os valores que a Entidade possui valores a serem liquidados no curto e longo prazo referente as obrigações tributárias conforme demonstrado abaixo:

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Correntes						
PIS/COFINS/CSLL Retido de prestadores de serviços	344.576	-	344.576	525.358	-	525.358
INSS Retido - Funcionários	375.289	-	375.289	342.151	-	342.151
INSS Retido - Prestadores de serviços	11.810	-	11.810	7.917	-	7.917
IRRF de Funcionários	245.289	-	245.289	233.234	-	233.234
IRRF de Prestadores de serviços	175.980	-	175.980	201.767	-	201.767
ISS a recolher	13.711	-	13.711	13.452	-	13.452
	1.166.654	-	1.166.654	1.323.879	-	1.323.879
Parcelamentos						
	2025			2024		
Parcelamento ANS		82.396	82.396	-	94.440	
FGTS - Time mania(i)	90.783	357.858	448.641	56.817	479.112	535.929
Parcelamento ICMS AÍM 4.122.755-4			-	7.770	-	7.770
	90.783	440.254	531.037	64.587	573.553	543.699
Total Obrigações Tributárias	1.257.437	440.254	1.697.691	1.388.466	573.553	1.867.578

(i) Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto à Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 9 de dezembro de 2007 a 9 de novembro de 2027 correspondente a 240 parcelas mensais.

20 Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantém operações de empréstimos e financiamentos registradas no passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Instituição/ modalidade	Vencimento final	Taxa de juros de 0,84% a 0,95% a.m.	2025			2024		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Santander-capital de giro	2029				-	3.962.370	19.171.247	23.133.617
Santander - crédito rotativo			3.584.215	15.572.472	19.156.687	1.892		1.892
Sicoob Credicom- capital de giro	2028		1.653.438	1.045.094	2.698.532	1.171.950	2.762.887	3.934.838
Bradesco	2028		3.815.531	2.231.495	6.047.026	2.779.331	4.982.576	7.761.907
			9.053.184	18.849.060	27.902.245	7.915.543	26.916.710	34.832.253

Tais operações foram contratadas junto a instituições financeiras e estão sujeitas a encargos e vencimentos previstos nos respectivos instrumentos contratuais, sendo acompanhadas pela Administração no contexto da gestão de caixa e do equilíbrio financeiro da Entidade.

21 Subvenções a Realizar

No final de 2025, a entidade possui subvenções a realizar, que são benefícios financeiros concedidos por entidades governamentais. Esses valores representam recursos esperados, ainda não recebidos, destinados a apoiar atividades específicas da entidade. A contabilização segue normas contábeis e esses recursos serão reconhecidos como receita quando forem recebidos e as obrigações para sua concessão forem cumpridas.

DESCRIÇÃO	2025	2024
SUBVENCAO ESTADUAL A REALIZAR	788.229	6.259.131
CONVENIO 001558/2025-SES-PRC-2025-00535-DM	709.957	-
CONVENIO 001558/2025-SES-PRC-2025-000535-DM	78.272	-
FUNDES-RESOLUÇÃO SS-158-4/07/2024	-	6.059.131
EMENDA DEPUTADA ANDREA WERNER	-	200.000
SUBVENCAO FEDERAL A REALIZAR	900.000	900.061
CONVENIO 858391/2017 - EQUIPAMENTOS	250.000	250.000
CONVENIO 883481/2019 - EQUIPAMENTOS	200.000	200.000
CONVENIO 883490/2019 - EQUIPAMENTOS	250.000	250.000
CONVENIO 898739/2020 - EQUIPAMENTOS	200.000	200.000
EMENDA DEPUTADA MARA GABRILLI		61
TOTAL SUBVENÇÕES A REALIZAR	1.688.229	7.159.191

Subvenção Estadual			
Convênio/ Portaria	Recebido (R\$)	Realizado (R\$)	Saldo (R\$)
1547/2022	12.480.154,83	12.480.154,83	0
1546/2022	860.845,29	860.845,29	0
CONVENIO 001220/2025 - NOVO PAVIMENTO	10.195.819,74	9.485.862,96	709.957
CONVENIO 001558/2025 - SES-PRC-2025-00535-DM	433.139,00	354.866,52	78.272
0727/2023	5.137.682,87	5.137.682,87	0
1146/2024	300.000,00	300.000,00	0
0158/2024	10.000.000,00	10.000.000,00	0
1369/2024	100.000,00	100.000,00	0
1367/2024	200.000,00	200.000,00	0,00
TOTAL	39.707.641,73	38.919.412,47	788.229

Subvenção Federal			
Convênio/ Portaria	Recebido (R\$)	Realizado (R\$)	Saldo (R\$)
CONVÊNIO 858391/2017	250.000,00	-	250.000,00
CONVÊNIO 8883481/2019	200.000,00	-	200.000,00
CONVÊNIO 883490/2019	250.000,00	-	250.000,00
MINIST PUBLICO DO TRABALHO	-	-	-
CONVÊNIO 898739/2020	200.000,00	-	200.000,00
EMENDA MARA GABRILLI	250.000,00	250.000,00	-
MS-905326/2020	194.388,62	194.388,62	-
EMENDA BALBIA ROSSI	100.570,16	100.570,16	-
EMENDA CEZINHA DE MADUREIRA	200.688,70	200.688,70	-
TOTAL	1.645.647,48	745.647,48	900.000,00

22 Outros Valores a Realizar

No final de 2025, a entidade possui o grupo de contas outros valores a realizar. Esses valores representam recursos esperados, ainda não recebidos, destinados a apoiar atividades específicas da entidade. Segue quadro resumo abaixo:

DESCRIÇÃO	2025	2024
PREF MUN ARARAQUARA - INCENTIVO	17.646.016	6.959.403
PRONON-2024	550.094	-
PRONON	5.702.500	6.853.170
MPSP-AUTOS 0006759-05.2019.8.26.0037	1.553.759	1.681.300
Total Outros Valores a Realizar	25.452.367	15.493.874

23 Provisão Para Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresenta provisões para contingências cíveis e trabalhistas no montante total de R\$ 22.237.628 (R\$ 17.655.520 em 2024), assim demonstradas:

DESCRIÇÃO	2025	2024
<u>Provisão p/ Contingências</u>		
PROVISAO PARA CONTINGÊNCIA CÍVEL	19.517.068	14.934.959
PROVISAO PARA CONTINGÊNCIA TRABALHISTA	2.720.560	2.720.560
Total Provisão p/ Contingências	22.237.628	17.655.520

A Entidade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza **cível e trabalhista**, em diversas instâncias, conhecidos na data de encerramento das demonstrações financeiras. A Administração constitui provisão para essas contingências com base nas informações disponíveis, na avaliação das demandas judiciais e na opinião de seus assessores jurídicos, quando aplicável.

As contingências trabalhistas classificadas com probabilidade de perda provável totalizam R\$ 2.720.560 em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Entidade possui contingências trabalhistas classificadas como perda possível, no montante de R\$ 1.016.786 em 31 de dezembro de 2025, para as quais não foi constituída provisão, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Em relação às contingências cíveis, no exercício de 2025 a Entidade não obteve de seus assessores jurídicos a classificação formal da probabilidade de perda (provável, possível ou remota) para parte dos processos. Diante dessa limitação, a Administração adotou postura conservadora, reconhecendo provisão para os processos cíveis não abrangidos por acordos judiciais e extrajudiciais, com base nas informações disponíveis e em seu julgamento.

Essas ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, no montante de R\$ 2.093.329 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.487.925 em 2024).

24 Outros Débitos a Pagar

Segue abaixo os valores referente as contas do grupo Outros Débitos a Pagar com saldo findo em 31.12.2025.

DESCRIÇÃO	2025	2024
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	81.744	164.577
OUTROS DEBITOS A PAGAR	320.311	5.088.816
Outros Débitos a Pagar - CP	402.054	5.253.392
Outros Débitos a Pagar	-	122.500
Outros Débitos a Pagar - LP	-	122.500
Total Outros Débitos a Pagar	402.054	5.375.893

25 Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é composto pelos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, pelos **ajustes de avaliação patrimonial** e pelos **ajustes de exercícios anteriores**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Patrimonio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)	Superávit / Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(19.158.497)	38.155.145	30.649.564	49.646.213
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	30.649.564		(30.649.564)	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	662.439			662.439
Superávits / Déficit do Exercício			2.777.964	2.777.964
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.153.507	38.155.145	2.777.964	53.086.616

a) Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2025, a Entidade efetuou ajustes de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido, em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Tais ajustes referem-se, substancialmente, à regularização de saldos históricos identificados no processo de revisão contábil, no montante de R\$ 662.439, conforme demonstrado no quadro acima.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de R\$ 38.155.145 refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial decorrente da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado, por ocasião da aplicação inicial da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A realização desse ajuste ocorre à medida que os ativos que lhe deram origem são depreciados, alienados ou baixados.

Em razão da imunidade tributária da Entidade, não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre esse ajuste.

c) Superávits / Déficit Acumulado

O saldo de superávit / déficit acumulado representa o resultado do exercício, acrescido da realização do custo atribuído, que, após a devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

No exercício de 2025, a Entidade apurou superávit de R\$ 2.777.964. Em 2024, o resultado apurado foi superávit de R\$ 30.649.564.

26 Pessoal e encargos

DESCRIÇÃO	2025	2024
Salários e ordenados	37.976.449	32.609.681
Férias, 13º salário e rescisão trabalhista	8.892.635	8.261.670
Encargos sociais	3.939.477	3.762.294
Benefícios a funcionários	6.135.982	5.227.997
	56.944.543	49.861.642

27 Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas / despesas operacionais	2025	2024
Outras Receitas Operacionais	7.093.719	5.911.239
Receitas Patrimoniais	3.013	-
Despesas com Contingências	(4.582.108)	(8.780.064)
Despesas Patrimoniais	(70.265)	(1.653.027)
Total Outras Receitas e Despesas Operacionais	2.444.358	(4.521.852)

28 Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	2025	2024
Juros s/ Aplicações Financeiras	3.188.389	1.098.650
Rendimentos e variações sobre contas a receber	-	665
Descontos obtidos	117.748	112.696
Juros e Correções Monetarias	1.688	-
Outra receitas financeiras	-	-
Total Receitas Financeiras	3.307.826	1.212.011
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimo de capital de giro e arrendamento	(4.276.857)	(4.883.894)
Juros e multas sobre atraso	(1.078.433)	(940.841)
Despesas bancarias	(72.993)	(86.162)
Outras despesas	(39.332)	(38.697)
Total Despesas Financeiras	(5.467.615)	(5.949.595)
Resultado Financeiro Líquido	(2.159.789)	(4.737.583)

29 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico, assim como as associações civis que prestam serviços conforme suas finalidades e sem objetivos lucrativos, disponibilizando-os ao grupo de pessoas a que se destinam. Para ser considerada uma entidade sem fins lucrativos, é necessário que não apresente superávit em suas contas, ou, caso ocorra em algum exercício, que o valor seja integralmente destinado à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, observadas as demais condições legais.

A entidade se enquadra como uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, gozando de isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso implica que qualquer desvio dos objetivos e finalidades da entidade, bem como o descumprimento das obrigações estabelecidas para entidades sem fins lucrativos conforme a legislação vigente, pode resultar na perda total ou parcial da isenção tributária.

A administração declara desconhecer qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a entidade, que está plenamente comprometida com o desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Ressaltamos que os registros contábeis, fiscais e trabalhistas, bem como as operações da entidade, estão sujeitos a auditorias das autoridades fiscais, podendo resultar em notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, dentro dos prazos prescricionais estabelecidos pela legislação aplicável.

30 Pis Sobre Folha de Pagamento

A entidade, qualificada como entidade filantrópica, recreativa, cultural, científica e uma associação, está desobrigada do recolhimento da Contribuição ao PIS com base no faturamento, conforme previsto na legislação tributária em vigor. Em vez disso, está sujeita ao recolhimento do PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários, aplicando a alíquota de 1% sobre a mesma, conforme disposto na legislação específica.

É relevante mencionar que a entidade não realiza o recolhimento do PIS sobre folha de pagamento devido à sua condição de imunidade tributária e à certificação obtida junto ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme determinado na legislação tributária aplicável.

31 Benefício Fiscal Usufruído

Em conformidade com o art. 3º, inciso IV, da Lei Complementar nº 187/2021 e com o art. 5º, inciso IV, do Decreto nº 11.791/2023, a Entidade apresenta, a seguir, os valores estimados dos benefícios fiscais usufruídos no exercício, relacionados à imunidade das contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento e sobre a receita, vinculadas à sua atividade essencial.

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cota patronal de INSS, seguro de Acidente do Trabalho - SAT, Terceiros	13.316.945	12.185.692
Pis s/ Folha de Pagamento	475.660	435.226
COFINS sobre faturamento	3.897.432	4.831.212
Total	17.690.036	17.452.130

Os valores apresentados representam estimativas elaboradas com base nas disposições legais aplicáveis e nas bases tributárias correspondentes às operações da Entidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

32 Renúncia Fiscal

A Entidade usufrui imunidades e benefícios fiscais previstos na legislação aplicável às entidades sem finalidade de lucros e às entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

Tais benefícios estão relacionados, substancialmente, às contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento e sobre a receita, vinculadas à atividade essencial da Entidade, conforme valores estimados demonstrados na Nota Explicativa nº 31.

A manutenção desses benefícios está condicionada ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, os quais, segundo a Administração, vêm sendo observados pela Entidade.

33 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Em 31 de dezembro de 2025, a entidade mantinha a validade de sua certificação CEBAS, considerando que o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente em 27/12/2024 e permanecia pendente de julgamento na esfera administrativa. Dessa forma, aplica-se o disposto no art. 37, § 2º, da Lei Complementar nº 187/2021, segundo o qual a certificação permanece válida até a decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado. Conforme declaração (Processo nº 25000.035501/2026-85) emitida pelo Ministério da Saúde em 11/03/2026, a entidade continuava alcançada por esse dispositivo.

34 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS

Em atendimento à legislação, a Entidade apurou, no exercício de 2025, que 89,97% dos atendimentos e serviços prestados foram destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS. Os 10,03% restantes referem-se a atendimentos de convênios, particulares e outros não relacionados ao SUS. Segue, abaixo, quadro demonstrativo consolidado.

Grupo assistencial	Total	SUS	% SUS	Não SUS	% Não SUS
Atendimento ambulatorial por especialidades	92.632	83.341	89,97%	9.291	10,03%
Apoio diagnóstico e terapêutico	898.618	808.487	89,97%	90.131	10,03%
Radioterapia e quimioterapia	41.460	37.302	89,97%	4.158	10,03%
Urgência e emergência	12.707	11.432	89,97%	1.275	10,03%
Internações (pacientes-dia)	44.786	40.294	89,97%	4.492	10,03%
Total geral	1.090.203	980.856	89,97%	109.347	10,03%

35 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Entidade não mantém nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

36 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

37 Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros para seus principais ativos e riscos operacionais, abrangendo, substancialmente, prédios, instalações, equipamentos e veículos, em montantes considerados adequados pela Administração para fazer face à ocorrência de eventuais sinistros.

A definição das importâncias seguradas, bem como das naturezas de cobertura contratadas, observa a avaliação dos riscos envolvidos, a relevância dos bens protegidos e as características das operações desenvolvidas pela Entidade.

As apólices são periodicamente revisadas pela Administração, que entende que as coberturas vigentes em 31 de dezembro de 2025 são compatíveis com o nível de risco a que a Entidade se encontra exposta, dentro das condições usuais praticadas no mercado segurador.

	ISCM - Araraquara/SP Jéferson Luís Yashuda Provedor	
	_____ Provedor	
		
_____ Diretor Tesoureiro		_____ Contador
ISCM - Araraquara/SP João Marcelo Zenatti Diretor Tesoureiro		EVANDRO JOSÉ DORNELAS CRC: 1SP288665/O-2 CONTADOR

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e em consonância com o Relatório dos Auditores Independentes, julgaram adequadas as referidas demonstrações apresentadas, com parecer favorável para sua aprovação.

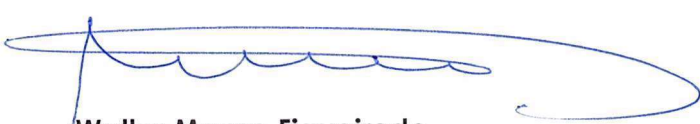
Araraquara | SP, 13 de abril de 2.026



Aluisio Augusto Braz
Conselheiro Fiscal



Marcello Caramuru
Conselheiro Fiscal



Walter Manso Figueiredo
Conselheiro Fiscal